

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Entidades temem que o Simples Nacional seja esvaziado 3

O GLOBO - RJ - SAÚDE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nova fronteira do jogo 4

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES
SEGURIDADE SOCIAL

Taxa de desocupação em alta 6

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Relator de CPI não descarta convocar irmão do presidente 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Precatórios: procrastinação e efeitos colaterais - ZEINA LATIF 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

O vento começa favorável para o governo na CPMI do INSS 11

A GAZETA - MT - POLÍTICA-MT
SEGURIDADE SOCIAL

Fundo pode 'salvar' servidores públicos 13

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

TIRE SUAS DÚVIDAS SOBRE A PROVA DE VIDA DO INSS 14

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Site ou aplicativo: veja como acessar o Meu INSS 16

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - DOIS PONTOS
SEGURIDADE SOCIAL

Mulheres vítimas de violência doméstica têm vitória histórica no STF (Artigo) 17

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
SEGURIDADE SOCIAL

CPI do INSS: oposição tenta pressionar governo, que conta com maioria para blindar Planalto e travar investigações 19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Relator da reforma administrativa diz que vai propor extensão do teto remuneratório a estatais 20

A GAZETA - MT - POLÍTICA-PAÍS
SERVIDOR PÚBLICO

Brasil - BRASIL 22

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

PF vê fraude milionária no Fundeb 23

Quarta-Feira, 20 de Agosto de 2025

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Gestores se preparam para tributação de dividendo..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Impacto do tarifaço para pequenos e médios empreendedores (Artigo)..... 25

Entidades temem que o Simples Nacional seja esvaziado

» WAL LIMA » DANANDRA ROCHA

O futuro do Simples Nacional e Regimes Especiais foi o tema do primeiro painel do Summit - **Reforma Tributária**. Hoje, cerca de 90% das empresas do país estão enquadradas no Simples, por isso, possíveis alterações feitas no modelo em função da **reforma tributária**, preocupam diversos setores.

Durante o evento, o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci, defendeu que o país aproveite a discussão sobre o novo sistema de **impostos** para enfrentar problemas estruturais, como a baixa produtividade e a alta informalidade no mercado de trabalho. "Nos últimos 40 anos, nossa produtividade cresceu apenas 25%, enquanto os Estados Unidos cresceram 65%. A **reforma tributária** pode ser um passo decisivo para destravar esse atraso histórico", afirmou. No setor

de bares e restaurantes, ainda de acordo com informações dele, a taxa de informalidade chega a 41%, acima da média nacional de 38%.

O gerente de Projeto da **Reforma Tributária** da **Receita Federal** Marcos Flores defendeu que a modernização do Simples Nacional destacou que uma das propostas de reforma é a adoção de um regime híbrido, em que empresas do Simples poderão permanecer no regime atual ou migrar para um modelo híbrido combinando Simples com CBS e IBS, ou optar integralmente pelo novo regime tributário. Segundo ele, o regime híbrido é "mais vantajoso para quem vende a outros contribuintes" Ele citou também a criação da calculadora oficial, que mostra, antes da emissão da nota, como a Receita interpreta o tributo a ser pago. "É um salto de transparência", afirmou.

Karoline Lima, coordenadora de Relações Institucionais e Governamentais da Confederação

Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), alertou que a transição da **reforma tributária** preocupa micro e pequenos empresários e defendeu ajustes no Simples Nacional.

"Quem está no dia a dia está extremamente preocupado com o futuro, que é daqui a dois anos", afirmou Karoline. Segundo a advogada, inúmeras avaliações apontam

"para o esvaziamento do Simples em direção ao IVA". "Mas é preciso lembrar: 90% das empresas do Brasil estão no Simples", alertou.

O coordenador da Frente Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas, Augusto Coutinho (Republicanos-PE), por sua vez, defendeu que a regulamentação da **reforma tributária** precisa ser acompanhada de perto para evitar distorções e insegurança jurídica. Para ele, no entanto, a aprovação da reforma marca um avanço histórico. "Estou na vida pública há 35 anos e sempre ouvi que a **reforma tributária** era uma das mais importantes, como de fato é. A gente avançou muito, vamos ter um dos melhores sistemas tributários do mundo, eu não tenho dúvidas disso", afirmou.

O deputado explicou que o Simples Nacional seguirá como regime diferenciado para micro e pequenas empresas, mas ganhará mais flexibilidade. "Não muda muito para o Simples, mas abre alternativas. Você pode optar para permanecer como está, fazer um híbrido dos dois, ou aplicar efetivamente o IBS e o CBS. Isso vai depender muito do tipo de serviço que você faz", disse.

Site: <https://flip.correio braziliense.com.br>

Nova fronteira do jogo

FELIPE GRINBERG,

Através de decreto publicado ontem no Diário Oficial, o governador Cláudio Castro (PL) autoriza a instalação, no Estado do Rio, de três tipos de equipamento para apostas: Video Lottery Terminais (ou VLTs, máquinas diante das quais os usuários costumam jogar sentados), totens e terminais. Os primeiros, em especial, podem até parecer com as tradicionais -e clandestinas - "slot machines", mais conhecidas como caça-níqueis, mas a Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj), responsável por administrar, gerenciar e fiscalizar o jogo nos municípios fluminenses, alega, através de nota, que "a diferença é absoluta e fundamental".

Maquininhas dos jogos de azar, que são ilegais, guardam, cada uma, um sistema gerador de números aleatórios, sem "integração com sistemas centrais de monitoramento, o que as torna mais suscetíveis a manipulações e fraudes", afirma relatório produzido pela Loterj. Quando uma sequência é premiada, permanece no sistema e pode voltar a se e repetir. No equipamento regulamentado, cada sequência exibida na tela só poderá sair uma única vez. Além disso, os aparelhos de que trata o decreto serão ligados a uma central com monitoramento em tempo real, sujeito a certificação e auditorias independentes. O percentual de ganho vai variar de acordo com o jogo.

ESTABELECIMENTOS VARIADOS

A regulamentação permitirá, ainda, a instalação desses equipamentos em estabelecimentos comerciais diversos, como bares, ou temáticos, a exemplo dos chamados sports bar, que transmitem disputas em diversas modalidades esportivas. O programa que vai rodar nas máquinas ficará sob responsabilidade da Loterj. Para explorar esse mercado, a empresa precisará ser licenciada pelo órgão estadual e pagar uma outorga de R\$ 5 milhões, com validade de cinco anos, além de repassar 5% da receita arrecadada para o governo do Estado. A expectativa é que a implantação desse novo sistema de apostas comece ainda em 2025.

O sistema funcionará com dois modelos. Em um deles, o usuário vai comprar uma espécie de bilhete virtual, que faz parte de uma série emitida pela Loterj, e, ao processá-lo na máquina, saberá na hora se foi premiado. Haverá ainda terminais para apostas esportivas em qualquer modalidade. Será possível fazer "aquela fezi-nha", por exemplo, em quem fará o

primeiro gol em uma partida de futebol ou

na quantidade de cartões aplicados no jogo. Essa prática já é adotada nas empresas bet autorizadas pela União e em outros estados do país.

No caso dos VLTs, o sistema não permitirá apostas, por exemplo, em jogos de azar conhecidos, como o do tigrinho ou caça-níqueis virtuais. Mas nada impede que as máquinas apresentem aparência semelhante a outras já existentes. Os painéis, por exemplo, podem recorrer à exibição de símbolos repetidos, como números ou outras figuras idênticas, para anunciar uma premiação.

De acordo com o Instituto Brasileiro Jogo Legal, outras unidades da federação já regulamentaram a prática. Na Paraíba existem 4 mil terminais de apostas em loterias virtuais, e o Paraná abriga 2,5 mil unidades. Nesses estados, equipamentos são instalados em ambientes que lembram cassinos, nos quais os aposta-dores se sentam diante de máquinas dispostas lado a lado, em ambientes que ficam na penumbra, decorados com

cores chamativas -e podem jogar sem parar.

-Trata-se de uma versão eletrônica dos bilhetes que eram vendidos em papel. Cada empresa que for credenciada receberá da Loterj uma série numerada que será disponibilizada nos terminais de videoloteria. Ao acionar o botão de aposta, o resultado será exibido. A Loterj é que vai definir os prêmios máximos e valores intermediários. Mas, geralmente, a tiragem varia de 2 a 4 milhões de bilhetes. O apostador decidirá quanto vai jogar. As loterias têm oferecido como valores mínimo e máximo por aposta em média algo entre R\$ 1 e R\$ 20 -explica o presidente do Instituto Jogo Legal, Magno José.

RISCOS PARA O USUÁRIO

O psicanalista Artur Costa avalia que essas modalidades de loterias eletrônicas também são extremamente viciantes. Ele observa que a dependência do jogo se tornou mais frequente como reflexo do aumento dos ní-

veis de ansiedade da sociedade, provocado pelo isolamento social com a pande-miade Covid.

-Quando alguém joga, o organismo libera dopamina, transmitindo sensação de bem estar. E no caso

dessas maquininhas há ainda o fator de estar associada a uma loteria. No imaginário popular, ganhar em algum tipo de jogo desse tipo é visto como um desafio, uma oportunidade de melhorar de vida-diz o psicanalista.

Especializado em Direito Constitucional, o advogado Miguel Godoy, professor da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR), elogia a necessidade de uma cadastro criterioso, mas diz que a regulamentação poderia ter mais regras para evitar abusos.

- O governo perdeu a oportunidade de estabelecer medidas normativas que incentivem o jogo responsável e evitem o uso abusivo dos jogos em equipamentos físicos. Eu sugeri ao governo a adoção, por exemplo, de

programas de autoexclusão, em que o apostador define sua própria exclusão quando atingir certo valor apostado, ou quando passar um tanto de tempo apostando -ressalta o advogado.

O advogado acrescenta que o Rio de Janeiro procurou suprir um vácuo que existe na regulamentação do jogo legal, previsto na lei federal 13.756, de 2018.

-Os VLTs são equipamentos físicos de apostas, semelhantes a caça-níqueis, mas conectados a um sistema central de loterias. Dessa forma, os VLTs operam como terminais eletrônicos lotéricos, com certificação e fora do escopo de cassinos, que continuam ilegais -afirma Godoy.

TRANSAÇÕES VIA PIX

Segundo o governo, todas as transações -para apostar ou receber as premiações -feitas nas máquinas serão via Pix.

A busca pela regulamentação começou em fevereiro. A Loterj teve encontros com empresas que exploram esse tipo de jogo no Paraná, na Paraíba e em países como México e Estados Unidos. Representantes da loteria estadual também se reuniram com a **Receita Federal** e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) para debater mecanismos contra fraudes e lavagem de dinheiro.

Em uma rede social, o presidente da Loterj, Hazenclever Lopes Cançado destacou que o projeto pode gerar até 65 mil empregos, além de fortalecer o turismo.

"Não é apenas uma norma. É a consolidação do maior mercado regulado de VLTs do mundo. Um marco que traz modernidade, segurança, responsabilidade, e

gera oportunidades reais", escreveu.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Taxa de desocupação em alta

VÍTOR VENTURA

O Distrito Federal é a unidade da federação com a terceira maior taxa de desocupação, atingindo 8,7%, atrás apenas de Pernambuco (10,4%) e da Bahia (9,1%). As informações são referentes ao 2º trimestre de 2025, divulgadas na última sexta-feira (15) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar da posição alta no ranking, o DF registrou uma queda de 0,5% na taxa de desocupação considerando o trimestre anterior (9,2%). Os dados foram coletados através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua Trimestral.

Silvanir Destefani Sartori, doutor em Ciências Sociais, explica que é importante considerar a metodologia do IBGE na análise dos dados. "A taxa divulgada pelo IBGE, embora comumente chamada de taxa de desemprego, corresponde, na realidade, à taxa de desocupação. Essa distinção é fundamental, pois a metodologia do IBGE considera desocupadas as pessoas com 14 anos ou mais que estão em busca de trabalho, mas não se encontram ocupadas, seja no mercado formal ou informal. Já a noção de desemprego, em sentido amplo, abrange todos os que não possuem vínculo empregatício, somados inclusive os que atuam de forma informal", pontua Sartori.

Portanto, ao se falar em taxa de ocupação, trata-se do conjunto de pessoas que exercem algum tipo de atividade laboral, independentemente de vínculo formal (trabalho sob vínculo empregatício) ou informal (trabalho por conta própria ou subordinado, mas, sem vínculo empregatício). Nesse contexto, o especialista pondera sobre as questões que envolvem tanto a taxa de desocupação no DF quanto

no Brasil (5,8%).

"Os dados mais recentes da PNAD Contínua mostram uma queda da taxa de desocupação no segundo trimestre de 2025, tanto no DF como no Brasil. Contudo, tal redução exige análise das condições de inserção laboral, já que parte desse movimento pode estar vinculada à expansão de formas de trabalho desregulamentadas, marcadas por condições de trabalho intensificadas, ausência de **seguridade social** e baixos rendimentos", analisa.

Diante disso, Sartori coloca como uma questão importante os baixos índices de trabalho por conta própria na capital. "No caso específico do DF, a PNAD

aponta que, embora a região apresente taxa de desocupação superior à média nacional (8,7%, frente a 5,8%), figura entre as unidades da federação com menor percentual de trabalhadores por conta própria - 18,6% contra 25,2% da média nacional. Da mesma forma, a taxa de informalidade no DF, composta por trabalhadores por conta própria e informais subordinados sem carteira assinada, é a segunda menor do país, superada apenas por Santa Catarina", explica.

Para o especialista, o vínculo formal ainda é a modalidade que mais protege o trabalhador. Dessa forma, ele analisa que esses dados podem indicar que a ocupação no DF tem acontecido de forma relativamente mais qualificada se comparada ao restante do país. "Trata-se de uma hipótese, mas que adquire contornos quando se analisa que o rendimento médio mensal do trabalhador do DF atingiu R\$ 5.727,00 - o maior do país e acima da média nacional, de R\$ 3.369,00.

Por fim, Sartori destaca a capacidade de gerar empregos formais do DF, já que dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) indicam a abertura de 29.689 novas vagas formais no DF no primeiro semestre de 2025, o maior número registrado desde o início da série histórica em 2020.

"Cabe mencionar que, historicamente, taxas de desemprego elevadas tendem a favorecer a informalidade, isso porque o trabalhador que não consegue ocupar o trabalho formal se vê compelido ao trabalho informal", aponta o especialista. De acordo com ele, ainda que a taxa de desocupação da capital permaneça entre as mais elevadas, há um alinhamento à tendência nacional de redução.

Movimento de recuperação

Em nota ao Jornal de Brasília,

a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda (Sedet) afirma que a queda na taxa de desocupação apresentada no 2º trimestre, em comparação com o anterior, indica um movimento gradual e consistente de recuperação do emprego na capital e que tem atuado de forma integrada e estratégica para manter a tendên-

cia de redução da desocupação e fomentar a geração de empregos de qualidade.

Segundo a pasta, são colocadas em práticas diversas ações com o objetivo de reduzir o desemprego, como a oferta de programas de qualificação profissional, voltados para preparar a população para as demandas do mercado de trabalho; o apoio à economia solidária; o estímulo ao empreendedorismo local, com programas como o Prospera, que oferece crédito e capacitação a pequenos empreendedores.

Há também o fomento ao ambiente empresarial, por meio do acesso ao Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e de incentivos fiscais de até 67% de ICMS, dentro do programa Emprega DF; além da promoção da legalização e da segurança jurídica de empreendimentos, com políticas como o Pró-DF e o Desenvolve-DF.

A Sedet também reforçou que trabalha na qualificação, inclusão produtiva e fortalecimento do setor produtivo, para que o DF avance cada vez mais em direção a um mercado de trabalho mais justo, dinâmico e com oportunidades para todos.

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-2008202504%20-%2001bebc8e971d09cb90cf5756b340f24c.pdf

Relator de CPI não descarta convocar irmão do presidente

LUÍSA MARZULLO

Relator da CPI do **INSS**, o deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO) afirmou ontem que adotará uma postura de equilíbrio na condução dos trabalhos do colegiado, "sem proteger um dos lados" -governo e oposição. De acordo com o parlamentar, as convocações envolverão "todo mundo" e não descarta a possibilidade de que o irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, José Ferreira da Silva, conhecido como Frei Chico, seja chamado a dar explicações ao Congresso.

Frei Chico é vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), uma das entidades citadas como envolvidas no esquema que desviou dinheiro de aposentados por meio de descontos indevidos em seus benefícios. Aliado do presidente da Câmara, Ayres disse que Hugo Motta pediu a ele que assumisse a relatoria e que buscasse o equilíbrio durante os trabalhos.

- Hugo Motta pediu que eu fizesse o trabalho com responsabilidade e equilíbrio, em conjunto com o presidente da comissão, o senador Ornar Aziz (PSD-AM). Nenhuma orientação além disso -disse.

O relator afirmou que terá como base para a CPI do **INSS** investigações da Operação Sem Desconto e da auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) sobre o caso:

- Mas não estamos presos a elas. Podemos ir além, levantar novas provas e até identificar falhas nessas investigações. Também considero importante incluir a análise das operações de crédito consignado. No início, vamos ouvir órgãos técnicos como CGU e **INSS** para entender os mecanismos da fraude.

CONVOCAÇÕES

Indagado sobre a possibilidade de convocação do irmão do presidente Lula, o parlamentar ressaltou que a CPI é colegiada, portanto, será a maioria dos integrantes da comissão que decidirá quem será convocado. Para o relator, quem for citado, "certamente", será chamado para prestar esclarecimentos.

- Mas não vamos prejudicar ninguém. A gente espera a

instalação da CPI para pensar o plano de trabalho, mas todo mundo vai ser convocado -explicou.

A comissão surgiu em meio a forte polarização, com o governo e a oposição trocando acusações e disputando quem seria responsável pelo colegiado. De acordo com o relator,

"os dois lados têm alguma razão" e, desde 2019, houve uma escalada de descontos indevidos, com menos instrumentos de controle por parte do **INSS**.

Ayres destaca que o foco da investigação "não serão pessoas, mas fatos":

- E os fatos podem levar a pessoas, independentemente do partido ou do governo. Existe um esquema criminoso contra os mais pobres, e não podemos proteger ninguém.

A oposição tem criticado a escolha de Ayres. De acordo com parlamentares, Hugo Motta não abriu um diálogo para a escolha do relator. Ayres afirma que já conversou com a senadora Damares Alves (Republicanos-DF), uma das autoras do requerimento de criação da CPI, e que vai procurar a deputada Coronel Fernanda (PL-MT), também autora. O relator diz que está aberto a dialogar com todos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Precatórios: procrastinação e efeitos colaterais - ZEINA LATIF

ZEINA LATIF

Mais uma vez o Brasil adia o enfrentamento do elevado estoque de precatórios, que são dívidas de órgãos públicos junto a pessoas e empresas por conta de sentenças judiciais definitivas (transitadas em julgado). O histórico de procrastinação é longo.

Desde a Constituição de 1988, que previu o parcelamento em até oito anos do estoque de precatórios existentes à época, dez emendas constitucionais empurraram o problema para frente, estendendo prazos e estabelecendo novas regras de pagamento. Busca-se sempre o alívio financeiro dos entes federativos. Pressões dos governantes se sobrepõem a uma política que deveria ser de Estado. Com as mudanças recorrentes das regras do jogo, estimula-se o comportamento leniente e até oportunista de entes públicos -o chamado risco moral.

Para os governos, vale a pena adiar despesas. A começar por não pagar os direitos a quem lhe deve - especialistas apontam que, no âmbito previdenciário, há um descompasso entre as interpretações administrativas feitas pelo **INSS** e as judiciais. E o necessário esforço fiscal para honrar os precatórios tende a ser negligenciado. Também se esvaem iniciativas para reforçar a governança dos processos e, assim, reduzir o crescimento de precatórios.

O Judiciário, por sua vez, pode ser levado a um viés pró-credor no julgamento das ações, como resposta à possível omissão de entes públicos - em 2019, das 1,3 mil ações ajuizadas contra o **INSS** na Justiça federal e na estadual, apenas 52,6% foram favoráveis à autarquia.

Como agravante, há falta de uniformidade jurisprudencial, o que estimula a busca por disputa judicial, pela boa probabilidade de se ganhar a ação, em um Judiciário de livre acesso.

Um estudo coordenado por Paulo Furquim de Azevedo e Natalia de Vasconcelos revelou o crescimento de 140% no número de ações referentes a benefícios previdenciários ou assistenciais, entre 2015 e 2019.

Assim, cresce a "indústria dos precatórios", oferecendo oportunidades de ganhos aos advogados, tanto por conta de honorários contratuais e de sucumbência,

quanto de intermediação na compra e na venda dos precatórios. Isso em meio a eventuais questionamentos à falta de transparência ou de valores éticos.

Os recorrentes adiamentos e parcelamentos deram origem a um mercado secundário, a partir da venda de créditos a terceiros, como escritórios de advocacia e instituições financeiras. Soluções de mercado são bem-vindas. É necessário avançar provendo maior transparência e regulação adequada. Especialistas veem risco de captura do processo legislativo e judicial por grupos privados.

Nessa dinâmica, o ecossistema se retroalimenta, faltando forças para sua contenção. O resultado é o expressivo aumento do estoque de precatórios expedidos a cada ano, assim como dos devidos e não pagos. No caso da União, o pagamento poderá chegar a quase 1% do PIB em 2026, ante valores em torno de 0,3% do **PIB** há dez anos.

Agora, mais uma PEC está no forno. A PEC 66/2023 altera de maneira significativa as regras sobre precatórios.

Para a União, há ganhos expressivos já em 2027. Apenas 10% dos pagamentos de precatórios e das requisições de pequeno valor (RPV) serão incorporados à meta de resultado primário (superávit de 0,5% do PIB). Tira-se um peso dos ombros do próximo presidente, que, pela regra atual, teria que encontrar espaço fiscal para o pagamento de R\$ 124 bilhões, segundo estimativa do governo.

Ocorrerá a reincorporação gradativa do pagamento à meta fiscal, com 10% do montante previsto incluído a cada ano, até que a totalidade das despesas seja contabilizada. Será mesmo assim ou novos adiamentos ocorrerão quando os desembolsos forem considerados muito elevados?

Nos estados e municípios, a PEC 66 cria limites para o pagamento total de precatórios, com ou sem atraso, e elimina a necessidade de liquidar a dívida atrasada até 2029. A partir de 2036, se ainda houver precatórios em atraso, os percentuais subirão para os dez anos seguintes. Os limites são baixos e devem fazer o saldo não pago disparar.

São muitos os efeitos colaterais desse desenho, gerando custos ao erário, morosidade da Justiça, insegurança jurídica, risco fiscal, má alocação de recursos no setor privado, injustiças etc. A PEC 66 agrava esse quadro e em nada contribui para romper um círculo vicioso em que alguns ganham e a sociedade perde.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO ONLINE - RJ
Precatórios: procrastinação e efeitos colaterais

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O vento começa favorável para o governo na CPMI do INSS

A CPMI do INSS, que tem instalação marcada para esta quarta-feira (20), começa com um cenário relativamente favorável para o governo Lula. Sim, é verdade: quando se trata de comissões parlamentares de inquérito, sempre se deve lembrar da célebre frase do ex-presidente da Câmara dos Deputados Ulysses Guimarães, segundo a qual "CPI a gente sabe como começa, mas não sabe como termina". Pode-se dizer, contudo, que até agora o roteiro traçado no Palácio do Planalto foi bem-sucedido.

Há um componente de sorte. A CPMI começa após o injustificável tarifaço dos Estados Unidos contra o Brasil, que deu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva um discurso e a oportunidade de melhorar sua popularidade. No entanto, também é possível afirmar que a intenção do governo sempre foi adiar o máximo possível o início dos trabalhos do colegiado.

Em primeiro lugar, para conseguir acelerar o ressarcimento das vítimas. Tirar da oposição essa bandeira. Em outra frente, para evitar que algum bolsonarista radical fosse nomeado relator.

O risco de a oposição assumir a relatoria foi afastado na sexta-feira (15). Na semana passada, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), finalmente anunciou o escolhido para a função: será o deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO), seu correligionário. O presidente da CPMI será o senador Ornar Aziz (PSD-AM), aliado do governo federal.

Com isso, dessa forma, o cenário que há semanas vinha sendo projetado por auxiliares do presidente Lula. Segundo essas fontes, a definição do nome do relator não seria para blindar o governo, mas para preservar a classe política como um todo. "A política vai se proteger."

Sabe-se que o caso envolveu associações, sindicatos e movimentos sociais do campo, o que inevitavelmente renderá ataques da oposição ao governo Lula e seus aliados. No entanto, também se tem conhecimento que **servidores públicos** que trabalharam em diversas administrações estão no foco das investigações. Isso envolve interesses de vários partidos.

E como a comissão tem a meta de apurar a

"magnitude" e a "duração" do esquema que desviou, de forma sistêmica, benefícios de milhões de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), haverá margem para que a base aliada mantenha a estratégia de envolver o governo Jair Bolsonaro no problema. A tropa de choque governista chega com a missão de questionar quem indicou os responsáveis pela implementação do esquema criminoso, quem eventualmente os protegeu ou se omitiu durante os governos passados.

Um exemplo pode ser visto em meados de maio, durante participação do ministro da Previdência, Wolncy Queiroz, em uma audiência na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado.

Após ser questionado pelo senador Sérgio Moro (União-PR) a respeito do escândalo, o ministro partiu para o ataque. "Ontem, por exemplo, eu estava assistindo ao Jornal Nacional e houve uma denúncia de um servidor em 2020. Um servidor, em 2020, denunciou à Polícia Federal que havia descontos indevidos, que havia fraude. Essas denúncias foram feitas em 2020, senador. Parece que vossa

excelência era o ministro da Justiça nessa época. Vossa excelência fez alguma coisa para coibir essas fraudes?", perguntou Wolncy Queiroz.

Moro reagiu imediatamente, afirmando que não havia recebido informações sobre o assunto quando comandava o Ministério da Justiça, pasta à qual a PF é subordinada. Mudou-se de assunto, mas o recado estava dado.

Os desvios realmente aumentaram no atual mandato. Por isso, a base está instruída a sustentar que este governo não se omitiu e, no fim das contas, foi o responsável pela deflagração da operação que colocou um freio nas fraudes.

Por outro lado, a administração Lula deve ter que explicar porque não agiu anteriormente. Se alertas foram dados internamente, como não houve providências antes da operação policial? Nada mudará o fato de que o escândalo derrubou a cúpula do **INSS** e Carlos Lupi (PDT) do Ministério da **Previdência Social**. No Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro do Dias Toffoli aguarda um parecer da Procuradoria-

Geral da República (PGR) para definir se as apurações sobre fraudes em descontos associativos de aposentados e pensionistas do **INSS** seguem na Corte ou se serão enviadas à Justiça Federal.

Tudo indica que o outro ponto da estratégia do Palácio do Planalto deu certo. A CPMI será instalada após o STF homologar o acordo apresentado pela Advocacia-Geral da União (AGU) para ressarcir as vítimas dos descontos ilegais e, mais do que isso, depois de os pagamentos também terem avançado.

Entre as 2.451.126 pessoas aptas a aderir ao ressarcimento, 1.874.955 já o fizeram. E o número de pagamentos emitidos (agendados até esta quarta-feira) soma 1.862.696.

Ou seja, o governo terá o discurso de que já assegurou o pagamento de 99,35% das vítimas que até agora aderiram ao acordo. Reservou R\$ 3,3 bilhões para esse fim, mas ainda não divulgou quanto foi desembolsado. De qualquer forma, esse é um trunfo a ser utilizado logo no início dos trabalhos da CPMI, o que nem de longe garante que Lula sairá ileso no fim. Serão longos 180 dias, com desfecho imprevisível.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188303?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188303?page=1§ion=1)**

Fundo pode 'salvar' servidores públicos

Da Redação

A resolução aprovada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) também permite que os 142 municípios de Mato Grosso possam usar recursos dos fundos previdenciários para conceder empréstimos consignados aos seus servidores municípios.

De acordo com o texto, a prefeitura deverá realizar adequações normativas para permitir o empréstimo via regimes próprios de **previdência social**.

'Hoje os 142 municípios tem cerca de R\$ 5 bilhões a R\$ 6 bilhões em seus caixas [Fundo], que eles podem utilizar para empréstimos consignados dos seus servidores', disse Sérgio Ricardo.

Segundo ele, hoje 19 municípios já fazem empréstimos consignados com recursos do Fundo Previdenciário próprio.

Ele também afirma que a Prefeitura de Cuiabá também irá adotar o Fundo Previdenciário para essa modalidade de empréstimos.

Isso porque a Câmara Municipal de Cuiabá aprovou no primeiro semestre deste ano uma lei municipal neste sentido.

Porém, a implementação ainda depende de regulamentação do poder Executivo e aval do Conselho Municipal de Previdência. (PR)

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

TIRE SUAS DÚVIDAS SOBRE A PROVA DE VIDA DO INSS

QUEM DE VE FAZER A PROVA DE VIDA DO INSS EM 2025?

Segurados cujos dados não foram atualizados nos sistemas do INSS por meio do cruzamento de dados devem comprovar que estão vivos para que possam seguir recebendo o benefício.

Eles serão convocados pela Previdência para a prova de vida. A convocação é por meio do extrato bancário do benefício e pode ser conferida no aplicativo ou site Meu INSS.

ONDE COMO CONSULTAR SE PRECISA FAZER A PROVA DE VIDA?

O primeiro passo para saber se você está entre os convocados do INSS para a prova de vida é fazer a conferência no extrato bancário, quando for receber o benefício. Nele, aparecerá a informação de que a comprovação está pendente. Se ainda tiver alguma dúvida, o segurado pode consultar o aplicativo ou site Meu INSS, onde aparecerá a seguinte mensagem: "Comprovação de vida não realizada". Também é possível realizar essa consulta por meio do telefone 135.

O QUE FAZER PARA PROVAR AO INSS QUE ESTÁ VIVO?

O segurado deve acessar o aplicativo ou site Meu INSS, fazer login informando o CPF e a senha do portal Gov.br, e seguir as instruções para o reconhecimento facial, se for solicitado.

Em alguns bancos, é possível realizar a prova de vida online, utilizando o aplicativo do banco, também com o uso da biometria facial.

Outra forma de fazer a chamada de vida é ir presencialmente até a agência bancária da instituição na qual recebe o benefício para fazer o procedimento.

Pessoas que estão sem condições de saúde de se locomover podem nomear um

procurador. Há ainda a opção de receber um servidor do INSS para fazer a comprovação de vida.

COMO IDENTIFICAR GOLPES?

O INSS dá algumas dicas para o segurado se proteger:

- O INSS não liga pedindo a realização da prova de vida - O INSS não envia mensagens por WhatsApp,

SMS ou aplicativos, ameaçando bloqueio imediato do benefício

- O INSS não manda servidores a sua casa para recolher documentos ou realizar o procedimento

- Desconfie de qualquer contato fora dos canais oficiais

- Nunca informe dados pessoais, senhas ou documentos por telefone, mensagem ou para desconhecidos

COMO FUNCIONA O GOLPE DA FALSA PROVA DE VIDA?

- É um dos mais desconhecidos e pode ocorrer de várias formas

- Antes, cidadãos tinham de ir ao banco provar que estavam vivos. Agora, o INSS usa informações de banco de dados nacionais para comprovar que o

idoso está vivo

- Com isso, golpistas usam uma técnica chamada de smishing (envio de SMS mais phishing, pescaria de dados), enviando mensagem de texto afirmando que o benefício será cortado se o idoso não atualizar os dados

- Ao atualizar, clicando em links ou por WhatsApp, o segurado passa os dados ao golpista e pode ser vítima de diversas fraudes financeiras

- Há ainda outra modalidade, na qual os fraudadores enviam mensagens para os segurados, por carta, e-mail, telefone,

SMS ou WhatsApp solicitando documentos para atualização das informações sobre o beneficiário

- Quem envia a papelada pode se tornar vítima e ficar sem o benefício

QUAIS DADOS SÃO CRUZADOS PELO INSS NA PROVA DE VIDA?

Segundo o artigo 22 da portaria 1.408, serão considerados válidos como prova de vida, os seguintes dados ou meios: -Acesso ao aplicativo Meu INSS com o selo ouro ou outros aplicativos e sistemas dos

órgãos e entidades públicas que possuam certificação e controle de acesso, no Brasil ou no exterior

- Realização de empréstimo consignado, efetuado por reconhecimento biométrico

- Atendimento presencial nas agências do INSS ou

por reconhecimento biométrico nas entidades ou instituições parceiras

- Perícia médica, por telemedicina ou presencial

- Atendimento no SUS ou rede conveniada

- Vacinação

- Cadastro ou recadastramento nos órgãos de trânsito ou segurança pública

- Atualizações no CadÚnico - Votação nas eleições

- Emissão/renovação de passaporte, carteira de motorista, carteira de trabalho, alistamento militar, RG ou outros documentos oficiais que necessitem da presença física do usuário ou reconhecimento biométrico - Recebimento do pagamento de benefício com reconhecimento biométrico - Declaração de Imposto de Renda, como titular ou dependente

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3219#book>

Site ou aplicativo: veja como acessar o Meu INSS

Trayce Melo

Muitos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) ainda enfrentam dificuldades para usar serviços, como consultar benefícios, extratos ou agendar atendimentos, sem precisar sair de casa. A plataforma Meu **INSS** foi criada para facilitar o acesso a esses serviços, mas ainda há dúvidas sobre como fazer login, criar uma conta, recuperar a senha ou até usar o aplicativo no celular.

"Com o Meu **INSS**, você consegue verificar o saldo do seu benefício, acompanhar o andamento de pedidos de aposentadoria ou outros benefícios, pedir revisão de algum benefício, atualizar seus dados pessoais e fazer várias outras operações. Além disso, o portal também disponibiliza dicas e informações importantes, como orientações sobre aposentadoria

e detalhes sobre os direitos e deveres dos segurados", explica o advogado Paulo André Nassar, especialista em direito previdenciário.

Para acessar o Meu **INSS**, seja pelo site ou pelo aplicativo, o advogado explica que é preciso entrar no portal gov.br e fazer login na sua conta. "O primeiro passo é acessar o site meu.inss.gov.br ou baixar o aplicativo Meu **INSS**. Em seguida, clique em "Entrar com gov.br" e insira seu CPF e senha cadastrados na plataforma", instrui.

Caso ainda não tenha uma conta, ele diz que é possível fazer o cadastro direto no site ou no aplicativo Gov.br, ou então pelo próprio app do Meu **INSS**, informando seu CPF e confirmando dados pessoais.

Ele conta que o Meu **INSS** proporciona acesso a mais de 90 serviços diferentes. "Isso é ótimo, pois, na maioria dos casos, não

é necessário ir a uma agência do **INSS** para resolver um problema. Ao acessar o Meu **INSS**, a pessoa já se depara com uma tela que apresenta os principais serviços, como solicitar aposentadoria, realizar uma simulação, agendar perícia, pedir benefício assistencial, entre outros".

Ele destaca que man-

ter seus dados atualizados na plataforma pode agilizar

o processo ao solicitar ou receber qualquer benefício. O advogado afirma que, para determinar se você pode se aposentar, qual será o valor do benefício e qual será o tempo de contribuição necessário, o site do Meu **INSS** disponibiliza uma ferramenta

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3219#book>

Mulheres vítimas de violência doméstica têm vitória histórica no STF (Artigo)

JOÃO BADARI*

*João Badari é advogado especialista em Direito Previdenciário, sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados e diretor de atuação judicial do Ieprev - Instituto de Estudos Previdenciários

No último dia 18 o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do Tema 1370, reconhecendo um direito essencial às mulheres vítimas de violência doméstica: o afastamento do trabalho, com percepção de benefício previdenciário, quando a manutenção do vínculo empregatício e da renda estiverem ameaçados pela situação de violência.

Participei deste processo como *amicus curiae* e testemunhei a relevância da decisão. Trata-se de um marco que merece não apenas reconhecimento jurídico, mas também celebração social, pois reafirma o compromisso da Corte com a dignidade humana, a igualdade de gênero e a proteção dos direitos fundamentais.

A decisão encontra sólida base na Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, considerada um divisor de águas no combate à violência contra a mulher no Brasil. Entre suas medidas protetivas, a lei prevê a possibilidade de afastamento da mulher do trabalho por até seis meses, sem prejuízo do vínculo empregatício, quando isso for necessário para sua integridade física e psicológica.

Na prática, porém, a previsão era insuficiente. Garantir apenas a manutenção do emprego, sem assegurar condições de sustento, mantinha muitas mulheres reféns da dependência econômica. O STF, ao enfrentar o Tema 1370, reconheceu essa lacuna e reafirmou que a proteção integral só se concretiza com a garantia de renda, a ser viabilizada pela cobertura previdenciária.

Com isso, a Suprema Corte deu eficácia plena ao espírito da Lei Maria da Penha: proteger mulheres em situação de vulnerabilidade de forma concreta, e não apenas simbólica.

O Brasil ainda convive com índices alarmantes de violência doméstica. A cada ano, milhares de mulheres precisam se afastar de seus lares ou de seus trabalhos para preservar a própria vida. Nesse

contexto, a decisão do STF rompe um ciclo perverso: garante que a mulher não precise escolher entre a segurança pessoal e a subsistência econômica.

Esse afastamento remunerado fortalece a confiança nas instituições, incentiva denúncias e dá efetividade às medidas protetivas. Mais que uma conquista individual, é um avanço coletivo, que contribui para a redução da desigualdade de gênero e para a construção de uma sociedade mais justa.

Sob a ótica jurídica, o julgamento é exemplo de coerência constitucional. A Corte fez prevalecer princípios como: a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF); a proteção do trabalho da mulher (art. 7º, XX, CF); e o direito à saúde e à **seguridade social** (arts. 6º e 201, CF).

Ao assegurar a cobertura previdenciária, o STF evitou que a previsão da Lei Maria da Penha se tornasse letra morta. A decisão harmonizou legislação infraconstitucional e Constituição, conferindo máxima efetividade aos direitos fundamentais.

O recado é claro: a proteção da mulher vítima de violência doméstica não pode ser vista como favor eventual, mas como política de Estado.

O julgamento do Tema 1370 projeta efeitos que extrapolam a questão específica. Ele inaugura um precedente de esperança: o de que o Judiciário brasileiro pode corrigir lacunas históricas quando estão em jogo grupos vulneráveis.

Mais do que resolver um impasse jurídico, o STF reafirmou que a vida e a dignidade da mulher estão acima de qualquer formalismo. Trata-se de uma decisão que salva vidas e abre caminho para outras pautas de proteção social.

Ao assegurar não apenas o afastamento do trabalho, mas também a sobrevivência econômica e social da vítima, o Supremo escreveu um capítulo histórico na luta contra a violência doméstica no Brasil.

Essa decisão deve ser celebrada como exemplo de sensibilidade social e firmeza jurídica. Demonstra que a Suprema Corte não se limita a interpretar normas: tem o dever de concretizar direitos, sobretudo quando vidas estão em risco.

Ao aplaudirmos essa vitória, reafirmamos um princípio essencial: a Justiça só é verdadeira quando alcança os mais vulneráveis.

Site:

<https://digital.hojeemdia.com.br/produto/hed/edicao/visualizar/12953/0>

CPI do INSS: oposição tenta pressionar governo, que conta com maioria para blindar Planalto e travar investigações

Enquanto a oposição tenta usar a CPI do **INSS** para pressionar o governo e provocar desgaste ao Palácio do Planalto, a base pretende se aproveitar da maioria no colegiado para blindar o Executivo e travar as investigações.

O colegiado será instalado nesta quarta-feira e foi criado para apurar fraudes em descontos indevidos sobre aposentadorias e pensões. O esquema pode ter causado prejuízos superiores a R\$ 6,4 bilhões, de acordo com as apurações da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União (CGU).

A correlação de forças na comissão indica uma vantagem para a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, reduzindo a margem de manobra da oposição.

O colegiado será composto por 15 senadores e 15 deputados. Até agora, 27 vagas de titulares já foram preenchidas: apenas oito com nomes da oposição. Entre os senadores, quatro são opositores. Entre os deputados, o quadro é semelhante. No comando da comissão, as indicações ficaram com parlamentares de confiança dos presidentes das duas Casas. O senador Omar Aziz (PSD-AM), aliado de Davi Alcolumbre (União-AP) e de Lula, presidirá o colegiado, enquanto a relatoria coube ao deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO), próximo de Hugo Motta (Republicanos-PB).

A estratégia governista deve ser a de vincular as fraudes a gestões passadas, sobretudo ao período do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Senadores e deputados do PT, como Paulo Pimenta (RS), Alencar Santana (SP), Rogério Carvalho (SE) e Fabiano Contarato (ES), integram a tropa de choque do Planalto dentro da comissão e vão explorar essa associação.

Alguns flancos para o governo são as possíveis convocações do ex-ministro da Previdência Carlos Lupi, do atual ocupante do cargo, Wolney Queiroz, além do presidente do **INSS**, Gilberto Waller Júnior, e do ex-chefe do instituto Alessandro Stefanutto.

Há também uma pressão de bolsonaristas para mirar em um dos irmãos do presidente Luiz Inácio Lula da

Silva, o Frei Chico, que é ligado ao Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), uma das entidades citadas em relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) que apontou possíveis fraudes nos descontos de aposentados. Frei Chico não é investigado, e o sindicato nega qualquer irregularidade.

Já a oposição acusa a base de tentar blindar o governo. Para o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), a CPI já nasce esvaziada:

- Se dependesse do relator e do presidente não teria nem comissão, já que eles não assinaram a abertura.

O senador Cleitinho (Republicanos-MG) adotou um tom semelhante, cobrando imparcialidade:

- Convoque quem precisar ser convocado. Quem tiver feito coisa errada tem que pagar, seja no governo Bolsonaro, Lula, Dilma ou **Temer**. Então, que tanto o relator quanto o presidente não passem pano para ninguém.

Ao GLOBO, o relator Ricardo Ayres defendeu que terá atuação independente e explicou a decisão de não assinar o pedido de abertura da CPI:

- Não assinei por uma questão de cautela institucional. Isso não significa que considere o tema menos importante. Pelo contrário: contribui para que eu conduza o trabalho com imparcialidade - afirmou Ayres, acrescentando que todos que foram citados serão incluídos. - Não podemos proteger ninguém.

Já a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) reforçou que o governo não teme os rumos da investigação:

- Nós não estamos preocupados, porque uma CPI te dá a oportunidade de mostrar quando começou isso. Essa questão do **INSS** vem de muito tempo.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/08/20/cpi-do-inss-oposicao-tenta-pressionar-governo-que-counta-com-maioria-para-blindar-planalto-e-travar-investigacoes.ghtml>

Relator da reforma administrativa diz que vai propor extensão do teto remuneratório a estatais

O relator da reforma administrativa, deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ), afirmou ao Valor que vai propor que empresas estatais não dependentes e não listadas em bolsa, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), se submetam ao teto remuneratório do serviço público. Ele trabalha para que os textos estejam prontos para votação no plenário da Câmara em setembro. Pedro Paulo deve se reunir com as bancadas nas próximas semanas e há previsão de uma reunião com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para articular a votação dos textos. Segundo o deputado, apesar de não tratar propriamente de ajuste fiscal, a reforma produzirá ganhos nessa frente e melhores opções de destinação de recursos, com uma economia de gastos públicos.

Entre as medidas que devem ocasionar uma "poupança", está a previsão de que estatais não dependentes e não listadas em bolsa se submetam ao teto. Um exemplo é o BNDES. Em estatais não dependentes, ou seja, aquelas que não recebem recursos públicos, o teto remuneratório não é obrigatoriamente aplicado. Isso significa que essas empresas podem estabelecer salários acima do limite estabelecido para a administração pública.

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu por unanimidade em abril que o BNDES não é uma estatal dependente do Tesouro Nacional e que, por isso, não precisa respeitar o teto constitucional remuneratório de vencimentos aos funcionários.

Outra medida que deve acarretar em economia de gastos públicos, segundo o deputado, é o limite às verbas indenizatórias para servidores. "Vamos tratar de regras que vão dar efetivamente o caráter indenizatório, e não remuneratório travestido de indenizatório. Para criar verba indenizatória, precisa de aprovação em lei e que seja comprovado o caráter temporário e não repetitivo", destacou. Segundo o deputado, esse orçamento deve estar limitado ao ano de referência de 2020, corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - data anterior ao período que classificou como uma "explosão" dessas verbas, em 2023 e 2024.

As propostas somam 70 medidas que estarão distribuídas em uma proposta de emenda à Constituição (PEC), um projeto de lei complementar (PLP) e um projeto de lei (PL). São quatro eixos: gestão e governança; transformação digital; RH público e combate aos privilégios.

"Quando se discute, por exemplo, na advocacia pública se os honorários públicos devem compor fundos dos advogados públicos, quando se impede na reforma administrativa que os encargos legais daquela discussão de crédito que está judicializada não podem mais compor os fundos públicos, estamos falando em bilhões [de reais], e estamos falando que esses bilhões devem voltar para o Tesouro para reduzir o déficit ou para destinar para o Bolsa Família, para o Pé de

Meia", disse o deputado.

Outras medidas citadas são a exigência de que qualquer chefe de governo, prefeito ou governador entregue em 180 dias um plano executivo do que vai fazer durante seu mandato, com previsão de orçamento. A proposta também deve trazer a determinação de que municípios cujas receitas transferidas sejam maiores que as receitas próprias estejam submetidos a uma limitação de vereadores e secretarias - inclusive com limitação de salários. A proposta deve conter ainda a exigência de que qualquer desenho de política pública seja acompanhado de um sistema de custos.

Entre os receios já apontados por entidades que representam **servidores públicos** está o risco à estabilidade do servidor e a implementação de avaliação de desempenho, que poderia causar demissões. Pedro Paulo defende a implementação da avaliação de desempenho.

"A estabilidade do servidor é uma garantia constitucional, mas a perda da estabilidade também está na Constituição. Um desses pontos é a avaliação de desempenho, e muitas vezes o que existe é um receio do servidor sobre ter essa avaliação. O que estamos fazendo é incorporar um modelo de avaliação de desempenho concebido pelo Ministério da Gestão

[e da Inovação em Serviços Públicos]", disse.

Outro ponto que deve estarentre as medidas é a limitação do salário inicial do servidor a 50% do salário final. Segundo ele, isso deve fazer parte de uma política de progressão periódica.

"O objetivo é criar carreiras longas que gerem incentivo ao longo do tempo, e não que a gente tenha uma carreira com salário já quase no teto em cinco anos. Imagina ficar depois de anos, décadas, no serviço público com esse des incentivo, que não pode mais progredir", disse.

Nesse escopo, também há medidas para evitar o que classificou como "excessos", como o fim das férias de 60 dias, que não poderão ser pagas com retroatividade. Segundo Pedro Paulo, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), tem patrocinado a discussão da reforma. "Ele tem intimidade com os textos. Eu estive com ele várias vezes apresentando pontos. Ele não se distanciou um minuto dessa discussão. Pelo contrário, tem sido sem dúvida alguma um dos maiores entusiastas da aprovação dessa reforma", disse.

Na terça-feira, Pedro Paulo reu-niu-se com a ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck, a ministra da Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, além de Motta e líderes partidários. O deputado do PSD avalia que as conversas estão "excelentes" e que há pouca divergência com o governo.

Questionado se já há listagem de PECs que podem ser usadas para apensar o texto principal, Pedro Paulo disse que há mais de 30 em tramitação, mas negou que a proposta apresentada no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro possa ser usada.

"A PEC 32 não sei ve nem para pegar carona", brincou.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188303?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188303?page=1§ion=1)**

Brasil - BRASIL

A GAZETA

Lei do Retorno

A Polícia Federal (PF) deflagrou nesta terça-feira (19) a Operação Lei do Retorno para desarticular uma organização criminosa suspeita de desviar mais de R\$ 50 milhões de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Foram cumpridos 45 mandados de busca e apreensão contra pessoas físicas, empresas e **servidores públicos**.

Cavalo mutilado

Um homem de 21 anos é investigado por praticar abuso a um cavalo que teve as quatro patas cortadas com um facão em Bananal, no interior de São Paulo. O caso do animal mutilado ocorreu na tarde do último sábado, 16, em uma área rural do município. Conforme a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, o investigado e uma testemunha compareceram à delegacia na segunda-feira.

Assassino do gari

O empresário Renê da Silva Nogueira Junior, preso pela morte do gari Laudemir de Souza Fernandes, foi interrogado novamente pela Polícia Civil de Minas Gerais nesta segunda-feira, 18. Segundo a Polícia, ele confessou o crime e disse que efetuou o disparo em razão de uma discussão de trânsito e admitiu que usou a arma particular da esposa, que é delegada

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

PF vê fraude milionária no Fundeb

A Polícia Federal faz operação no Maranhão e no Piauí contra organização criminoso suspeita de desviar mais de R\$ 50 milhões do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) em licitações municipais entre 2021 e 2025.

Foram cumpridos 45 mandados de busca e apreensão contra pessoas físicas, empresas e **servidores públicos**, nas cidades de Caxias, São Luís, São José do Ribamar, Buriti Bravo, Presidente Dutra, Joselândia, no Maranhão, e em Teresina, no Piauí.

Também foi identificado que parte dos valores contratados com recursos do Fundeb era devolvida para os **servidores públicos** envolvidos nas fraudes.

O núcleo investigado atuou na manipulação de procedimentos licitatórios, no desvio de recursos públicos vindos do Fundeb e na apropriação de parte dos valores desviados pelos **servidores públicos** envolvidos.

Os investigados vão responder por organização criminoso, corrupção, peculato, fraudes em licitações e lavagem de dinheiro.

Site:

https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?_gl=1*afuzmz*_ga*MTk1Njg5MDczMi4xNzU0ODYyMTA5*_ga_L3L0ERE8KX*czE3NTU2NzY3MzlkczkZzAkdE3NTU2NzY3MzlkajYwJGwwJGgxNjI1Nzg1NDUzJGRULVpMbWIFbjBKdnQ5TG5ZUFNqRzVXZFJ6MmFqVm5mTUFB

Gestores se preparam para tributação de dividendo

Adriana Cotias

De São Paulo O projeto de lei 1.087 que fixa uma alíquota mínima de 10% na fonte para pessoas físicas que recebem renda via dividendos, a fim de compensar a isenção que o governo pretende dar a quem ganha até R\$ 5 mil, parece ter boas chances de passar no Congresso, segundo Daniel Loria, ex-diretor da secretaria extraordinária da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, hoje sócio do Loria Advogados.

Pelo texto, quem receber acima de R\$ 1,2 milhão ao ano ficará sujeito à taxa mínima, tributando quem não pagou nada. Quem é CLT já está na alíquota mais alta, de 27,5%, mas quem, por exemplo recebe 90% da renda via dividendos, como no caso de profissionais de um escritório de advocacia, se ganhar mais de R\$ 1,2 milhão por ano vai pagar a diferença caso a tributação não alcançar os 10%.

Uma trava no projeto tributário foi limitar a taxa a 34% de alíquota efetiva, somando-se o que se paga na pessoa jurídica e na pessoa física.

Ao participar da conferência anual do Santander, nesta terça-feira, em São Paulo, Loria observou que o relatório foi aprovado pela comissão especial da Câmara por votação simbólica, o que quer dizer que há consenso. "Ninguém quer se expor e votar contra", disse ele.

Depois disso, houve negociações na Casa para levar o tema ao plenário. "Acredito que vai avançar nesses moldes." Se passar na Câmara e no Senado neste ano, a lei começa a valer em 2026, afirmou Luciana Guasparido de Orleans e Bragança, chefe de planejamento patrimonial do private bank do Santander. Ela pontua que essa tributação vai afetar estruturas de holding imobiliária, gestoras de recursos, escritórios de advocacia que ficarão sujeitos à tributação dos dividendos.

Uma espécie de regra de transição prevê que, se houver deliberação de distribuição de lucros acumulados neste ano, a isenção será preservada mesmo que o pagamento seja feito depois, algo mais simples de fazer em companhias limitadas.

Christiano Clemente, executivo-chefe de investimentos do private bank da instituição disse

haver muitas conversas com clientes sobre as alterações, que ficaram mais quentes nos últimos seis a nove meses, pelo efeito do calendário.

"Desta vez, efetivamente, as pessoas estão se movimentando e executando já porque parece que vai passar e 2026, ano eleitoral, não é razoável que se discuta temas como este." Bragança acrescentou que as famílias com potencial de liquidez maior em função de operações de fusões e aquisições têm que olhar o planejamento patrimonial com mais cuidado ao transitar de uma estrutura em que o equity é mais relevante para outra de mais dinheiro disponível na pessoa física. A blindagem patrimonial e a governança se torna mais necessária, comentou.

Clemente lembrou que com a possível tributação dos títulos hoje isentos de Imposto de Renda, em 5%, prevista no PL 1.303, vale pensar na janela dos fundos de infraestrutura exclusivos, com patrimônio acima de R\$ 10 milhões. Todo capital que for inte-gralizado até o fim do ano vai permanecer na regra de isenção.

Loria considera, contudo, que esse projeto é mais difícil de ser aprovado de maneira célere porque tem muitas implicações para setores distintos. De um lado unifica as alíquotas de Imposto de Renda da renda variável e da renda fixa, independentemente do prazo em 17,5%, e de outro impõe 5% para os isentos.

O aspecto mais positivo do projeto ao seu ver é a possível compensação de ganhos e perdas entre classes diferentes de ativos.

Dentro do pacote, entrou a tributação das bets e o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre as fintechs.

"Politicamente é mais difícil de mapear o trajeto, há menos consenso porque o governo colocou muita coisa no mesmo balaio", afirmou Loria, citando os setores do agronegócio, imobiliário, além de bancos e apostas eletrônicas no mesmo pacote.

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

Impacto do tarifaço para pequenos e médios empreendedores (Artigo)

Alfredo Cotait Neto

Alfredo Cotait Neto Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB)

Se engana quem pensa que o impacto do tarifaço imposto pelos Estados Unidos será apenas para grandes empresários da cadeia produtiva brasileira.

As consequências para eles serão enormes e desastrosas, claro, mas os pequenos e médios empreendedores também estão diante de uma situação crítica, com o anúncio da taxaço de 50%.

O Brasil tem hoje mais de 2 mil pequenas e médias empresas que exportam para os Estados Unidos, com vendas em torno de US\$ 500 milhões por ano. Valor pequeno se comparado com o dos grandes empresários, mas relevante quando pensamos em geração de emprego. Esses empreendedores não podem ficar desassistidos.

Têm cadeia produtiva específica e alto nível de exigência, focada no mercado americano.

Investiram muito para ampliar o comércio para o exterior e necessitam de apoio.

O governo está certo em se preocupar prioritariamente com as grandes empresas que exportam os principais produtos, como café, carne, aço e laranja.

Mas a solução que se busca precisa lembrar desse outro grupo, hoje responsável por 65% dos empregos e que mantém a economia girando.

Eles têm menor possibilidade de alteração na linha de produção.

Como as exportações aos Estados Unidos foram taxadas e se o tarifaço se mantiver, muitos empreendimentos poderão deixar de existir, aumentando o desemprego.

A solução passa por diálogo e diplomacia. Afinal, negociar faz parte do DNA brasileiro.

Nesse momento crítico, não pode ser diferente. É preciso que o governo federal assuma a liderança do

processo de forma técnica para que o viés político fique de lado. O tema é econômico, e as relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos completaram 200 anos em 2024. Isso não pode ser esquecido.

A CACB defende que as negociações continuem, pois, como ocorreram alterações nas alíquotas de exportação para alguns setores, abre-se a oportunidade para que demais segmentos econômicos possam ser beneficiados. O cenário revela que as micro e pequenas empresas continuam vulneráveis, mesmo com as medidas governamentais anunciadas.

A reciprocidade não é uma alternativa que vá gerar resultados.

Pelo contrário, a retaliação trará mais perturbação para o ambiente econômico doméstico, já tão problemático.

O contexto é bem ruim: alta da **inflação** e da taxa de juros, sem falar no déficit, consequência direta da ganância do dinheiro público.

Nesse momento de preocupação comercial, são os atores diplomáticos que podem conseguir evitar um rompimento com um dos nossos principais mercados. Sabedoria é a palavra do momento.

Que todos saibam usá-la em prol dos pequenos, médios e grandes empreendedores.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>